

## Ministro da Educação recebe AMIES para tratar de demandas do ensino superior



A fim de colaborar com o Poder Público e propor soluções para aprimorar o desenvolvimento da educação no país, associados e consultores da Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES) se reuniram com o ministro da Educação, Camilo Santana, em Brasília. Como resultado, a Associação encaminhou ao MEC sugestões sobre a nova política de formação médica do país, um dos assuntos abordados durante a audiência.

De acordo com Santana, já houve reunião entre o MEC e o Ministério da Saúde para tratar do tema e a expectativa é que seja publicada uma nova portaria dos cursos de medicina antes do fim da moratória prevista na portaria MEC 328/2018 - o prazo acaba em 5 de abril. Além do novo formato para os editais de chamamento público para autorização de cursos e para protocolo de aumento de vagas de medicina, a ideia é manter o foco no atendimento a cidades do interior e a regionalização do programa Mais Médicos. A perspectiva é que o Ministério da Educação volte a ter o protagonismo no processo, com regras adequadas e transparentes, e em sintonia com as políticas do Ministério da Saúde, evitando-se a judicialização.

Outra questão apresentada pelo presidente da AMIES, Moses Rodrigues, foi o aporte das instituições para o Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), especialmente sobre o cálculo baseado na fórmula estabelecida pela Resolução FNDE 20, de 30 de janeiro de 2018, para as mantenedoras que entraram no sexto ano de adesão ao Novo

Fies. A preocupação é no impacto relativo aos valores líquidos a receber. Essa demanda já foi formalizada perante o MEC, mediante ofício da presidência da AMIES. O ministro também salientou que haverá mudanças no Fies, com ampliação da quantidade de vagas e valores para atender a demanda dos estudantes, como os de cursos de medicina. Santana informou ainda que será avaliada a adequação do calendário do Fies ao início dos semestres letivos, incluindo ajustes também nas datas de provas e resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) também teve destaque na reunião, ressaltada a importância da continuidade e o que a iniciativa representa de economia para o país e ganhos para a educação superior brasileira. Por fim, discutiu-se a possibilidade de retomada do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), com a inclusão de cursos à distância, que atualmente representa a maioria das matrículas de quem está iniciando o curso superior. Foi apontada, ainda, a necessidade de atenção com a Reforma Tributária no sentido de não sacrificar os incentivos fiscais das IES, já que existe um risco de a oneração ser ampliada de 8,65% para 25% sobre a Receita Operacional Bruta (ROB).

"A AMIES tem a intenção de estabelecer diálogo contínuo com o MEC. Nosso papel é o de oferecer subsídios ao aperfeiçoamento das políticas públicas, da regulação, da supervisão e da avaliação de cursos superiores", frisou Moses Rodrigues.

## Em expansão, AMIES elege diretoria para o triênio 2023-2026

Reunidos no dia 23 de fevereiro, os associados da AMIES elegeram a nova diretoria para o triênio 2023-2026. Com três anos de fundação, a Associação atua para ampliar os espaços de discussão e cooperação com o Poder Público, com o objetivo de contribuir com as políticas voltadas à educação superior do país. A nova composição foi aprovada por unanimidade. O presidente eleito foi Moses Haendel Melo Rodrigues e o vice-presidente, Ricardo Benedito de Oliveira. O diretor administrativo será Alexandre José Braga Chaddad e o diretor técnico será Fernando Passos. No Conselho de Administração estão Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira. Para o Conselho Fiscal, os escolhidos foram Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clovis Antônio Chaves Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga.

Ao assumir a AMIES, o novo presidente Moses Rodrigues, assim como os demais associados, agradeceram ao ex-presidente Inácio de Barros Melo Neto pelo trabalho desenvolvido no primeiro triênio.

Fundada em 2020, a AMIES foi idealizada pelo empresário do setor educacional Antônio Veronezi. Os fundadores da AMIES observaram a necessidade de romper o paradigma presente nas entidades existentes, desvinculando sua atuação dos interesses privados pessoais.

## AMIES propõe mudanças no Enade



Após assumir a presidência da AMIES, Moses Rodrigues se reuniu com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palácios. Na ocasião, foram feitas ponderações sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). No formato atual, o aluno não é afetado pelo resultado final e, por isso, não se dedica com afinco à prova, prejudicando a avaliação da IES. Uma das propostas apresentadas foi a de o desempenho no Enade ser incluído no histórico escolar ou de a nota ser considerada para o ingresso em programas de mestrado e doutorado. “Da forma atual, o Enade representa um desperdício de dinheiro público e de tempo dos servidores e acadêmicos envolvidos, pois não reflete a realidade das instituições”, defendeu a AMIES. No encontro, foi enfatizada também a necessidade de antecipação do calendário do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com resultados sendo divulgados até dezembro de cada ano. Assim, as listas de aprovados no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Financiamento Estudantil (Fies) poderiam sair antes do início do primeiro semestre letivo, evitando que os beneficiários percam aulas, situação que ocorre atualmente.

Outro assunto tratado foi o acompanhamento das visitas *in loco*. A AMIES solicitou ao Inep a lista de processos e-MEC para autorização de cursos de medicina que estão pendentes de avaliação pelo Inep, ressaltando que eventuais atrasos na realização da avaliação *in loco* podem onerar as IES, que precisam manter a infraestrutura e o padrão de qualidade do curso a ser ofertado durante o período de tramitação do processo regulatório.

Na reunião, Moses Rodrigues ressaltou ainda o perfil educador da AMIES e o desejo de participar do desenvolvimento da política regulatória, estando à disposição para colaborar com grupos de trabalho, nas discussões sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação. Além de ter simpatia pelo posicionamento da AMIES, Manuel Palácios concordou que as pequenas e médias IES devem ser preservadas no mercado educacional.

“A bandeira da AMIES é muito importante, pois o mercado da educação superior é predador e o Poder Público tem o dever de prezar pelas instituições pequenas e médias, de forma a preservar a qualidade da educação”, frisou o deputado Átila Lira Filho (PP-PI), associado da AMIES que também participou da audiência.

## Em reunião no FNDE, AMIES defende alteração no custeio das IES ao FG-Fies



Durante o encontro com a presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, a AMIES defendeu uma revisão no aporte das instituições para o Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), especialmente em relação ao cálculo baseado na fórmula estabelecida pela Resolução FNDE 20, de 30 de janeiro de 2018, para as mantenedoras que entraram no sexto ano de adesão ao Novo Fies.

A preocupação é no impacto relativo aos valores líquidos a receber, com deduções elevadas. Em alguns casos, a retenção chega a quase 60% dos valores das mensalidades contratadas pelo Fies. Isso significa que, do valor da mensalidade correspondente aos serviços educacionais prestados, a instituição de ensino superior receberá um repasse de apenas 40%. "Patamares de aportes obrigatórios tão elevados ferem gravemente o princípio do

autofinanciamento das instituições privadas, o que prejudica não apenas as mantenedoras, como toda a comunidade acadêmica e a própria sociedade", defendeu a AMIES, em ofício encaminhado à autarquia.

A questão já havia sido apresentada ao ministro da Educação, Camilo Santana. A AMIES pediu a imediata modificação da Resolução FNDE 20, de 2018, para limitar em 25% os aportes das mantenedoras ao FG-Fies, conforme previsto no art. 4º, §11, II, da Lei nº 10.260, de 2001, com redação dada pela Lei 13.530, de 2017, inclusive a partir do sexto ano do Novo Fies. A alteração definitiva evitaria prejuízos às IES, à atividade educacional e à expansão da oferta de educação superior, uma vez que as IES possuem obrigações financeiras, trabalhistas e fiscais a serem cumpridas; além de evitar a judicialização.

"A ação política do Estado milita em favor da ampliação da oferta de ensino superior de qualidade, o que revela a impossibilidade de adoção de política de fechamento de instituições e de cursos, o que por certo caracterizaria claro retrocesso social", sustenta a AMIES.

## Justiça do Ceará limita aporte ao FG-Fies

A Justiça Federal do Ceará concedeu medida cautelar antecedente à Associação Igreja Adventista Missionária (Aiamis), estabelecendo a limitação em 25% dos valores para subsídio ao Fundo Garantidor do Fundo de Fi-

nanciamento Estudantil, a partir do sexto ano de adesão ao programa. **Com a decisão**, a Caixa Econômica Federal será intimada a limitar a retenção a 25% dos valores das mensalidades contratadas pelo Fies.

## CNE



Durante audiência com o presidente do CNE, Luiz Roberto Curi, a AMIES se colocou à disposição para contribuir com ideias para a implantação do novo ensino médio e a política de formação de professores. "A AMIES se preocupa com todos os níveis educacionais. Temos a consciência de que o ensino médio de qualidade permite que o estudante esteja melhor preparado para o ensino superior e tenha um desempenho melhor na sua formação profissional", destacou Moses Rodrigues.

## SERES



Em reunião com a secretária Helena Sampaio, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), a AMIES pediu celeridade na análise dos processos regulatórios e se colocou à disposição para contribuir com a nova política de formação médica no Brasil. "A AMIES é composta por mantenedoras comprometidas com a educação superior de qualidade, que desejam contribuir com o Poder Público, trazendo a visão de pequenas e médias instituições".

**AMIES:** *Qual a importância da AMIES como entidade representativa das mantenedoras independentes, sem vínculo com grupos econômicos?*

**MOSES:** Por reunir as mantenedoras independentes de instituições de ensino superior lideradas por educadores e entender que a educação é a principal ferramenta de transformação social, a AMIES assumiu grandes compromissos: defender a educação superior de qualidade no Brasil e contribuir com o Poder Público para melhorar a educação em todos os seus níveis, bem como a ciência, a tecnologia, a inovação, a pesquisa e a extensão.

**AMIES:** *Quais são os planos e as prioridades da AMIES para 2023?*

**MOSES:** Sem dúvidas, promover estudos, para propor soluções que possam melhorar o desenvolvimento e a qualidade do ensino superior, de modo a alcançar os padrões reconhecidos fora do país, inclusive por meio da reformulação do marco regulatório, da simplificação dos procedimentos e da análise crítica do indicadores apurados pelo INEP, sem descuidar da qualidade e do foco no cumprimento do PNE.

**AMIES:** *Quais os desafios para o ensino superior neste ano, após o período de pandemia? Como a AMIES pode atuar neste novo momento?*

**MOSES:** A Educação passou por um momento de readequação durante a pandemia. Gestores, corpo docente e discente viram-se diante de um

novo formato: o remoto. O que até então, predominantemente, estava presente na modalidade do ensino superior, passou a fazer parte do cotidiano de todos os níveis educacionais. Hoje, com o retorno das atividades presenciais, a AMIES terá um papel importante junto ao Poder Público, no debate sobre modalidades, a estruturação de cursos à distância, simplificação da regulação, aperfeiçoamento da avaliação, além da retomada de antigos programas educacionais.

**AMIES:** *As instituições privadas representam a maior parte da oferta de cursos e matrículas do ensino superior no país. Qual a importância de manter o diálogo constante com o governo sobre a regulação e garantia da qualidade do ensino superior?*

**MOSES:** A AMIES tem um papel fundamental na construção assertiva de uma Educação de qualidade, e isso se dá através do diálogo. Ao propor ao Poder Público uma revisão do marco regulatório da educação superior, programas educacionais e estratégias de modernização, os benefícios ultrapassam os muros das IES. Toda a sociedade é beneficiada por uma educação de qualidade. O setor privado é parceiro do setor público, especialmente no ensino superior. O setor privado é responsável pela massificação do ensino superior, com grande parcela no cumprimento da Meta 12 do PNE.

**AMIES:** *Desde a campanha presidencial, o governo Lula*

*se comprometeu com a reformulação do Fies e do Prouni, inclusive com o aumento de recursos para os programas. Qual a importância dessas iniciativas para a ampliação do acesso ao ensino superior e cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação?*

**MOSES:** Com a pandemia, houve, sem dúvida, um abalo na situação econômica do país, o que afetou substancialmente o acesso ao ensino superior, com repercussão na redução de matrículas. A retomada do crescimento das matrículas passa necessariamente por políticas públicas de financiamento aos estudantes, como o Fies e o Prouni. O incremento desses programas reflete diretamente no aumento de matrículas no ensino superior e contribui significativamente para o atingimento da Meta 12 do PNE.

**AMIES:** *O que esperar deste ano de 2023?*

**MOSES:** Teremos grandes e importantes desafios durante esse ano. A AMIES é um espaço de amplo diálogo, onde ideias são discutidas e estratégias assertivas são formuladas, com o objetivo de transformar com excelência o setor educacional com ética e responsabilidade social. A AMIES atuará para colaborar com o Poder Público no desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas para o setor educacional. Estamos aqui para contribuir e com o objetivo de fortalecer o setor.

## MERCADO

▶ Demanda por curso presencial **crece**, mas descontos e juros altos pressionam grupos de ensino.

▶ Na contramão do setor, **Vitru cresce** sem conceder descontos a calouros. Lucro líquido **aumenta 32%**, para R\$ 93,3 milhões em 2022.

▶ Yduqs **dá descontos**, atrai alunos, mas **prejuízo líquido** aumenta em 13,4%, para R\$ 84,3 milhões.

▶ SEB terá faculdade para o **agronegócio**.

▶ Afya prevê encerrar esse ano com **crescimento** de 21,7% na receita líquida.

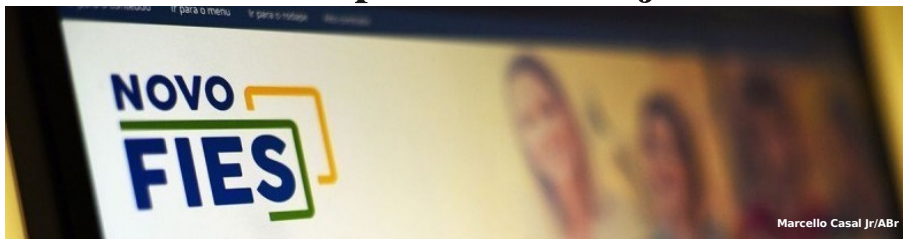
▶ Cogna voltou a ver a sua **receita líquida crescer** no ano passado. Mas **prejuízo** no quarto trimestre foi de R\$ 203 milhões, representando uma alta de 35%.

▶ **Lucro** da Vasta quase triplica no quatro trimestre. Empresa conseguiu provisionar **R\$ 15 milhões** da recuperação judicial da Americanas.

▶ Ser Educacional reverte lucro e tem **prejuízo líquido** de R\$ 125,4 milhões. Após resultado negativo, empresa reforça ações para **melhorar desempenho** operacional.

▶ **Ânima** sai do prejuízo e registra um **lucro líquido** de R\$ 210,7 milhões no quarto trimestre de 2022.

## MEC institui GT para estudar ajustes ao Fies



Por meio da **portaria 390**, o Ministério da Educação instituiu, no âmbito da Secretaria-Executiva, um grupo de trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A instância deverá realizar diagnósticos sobre a situação atual e apresentar proposta e cronograma para realização dos estudos.

O GT Fies funcionará por 180 dias, podendo ser prorrogado. Entre as questões que deverão ser analisadas estão o limite de financiamento e a

desburocratização. “Há uma inadimplência alta em relação ao Fies hoje. Alguns pontos importantes serão avaliados nessa nova discussão”, frisou o ministro da Educação, Camilo Santana. A intenção é que o Fies seja 100% digital a partir da próxima edição. O valor do teto de alguns cursos, como o caso de medicina, também entrará na pauta de discussão. “Tudo para que o aluno que deseja ter seu curso financiado pelo Fies possa ter regras mais sociais, mais justas e mais transparentes”, salientou.

## Mais Médicos terá auxílio para pagamento do Fies



Para atrair profissionais formados com apoio do governo federal, os beneficiados pelo Financiamento Estudantil (Fies) que participarem do programa **Mais Médicos** poderão receber incentivos, o que ajudará no pagamento da dívida.

Na esfera do MEC, um dos eixos garante que o médico que participa do programa, selecionado por meio de edital, poderá fazer especialização e mestrado em até quatro anos. Os profissionais também passarão a receber bene-

fícios, proporcionais ao valor mensal da bolsa, para atuarem nas periferias e regiões mais remotas. Os médicos do Fies aprovados e que cumprirem o programa de residência em áreas com falta de profissionais também receberão incentivos do Ministério da Saúde.

O incentivo de fixação para médico do Fies, que permanecer pelo menos 12 meses no programa, e o incentivo para o médico do Fies residente de Medicina de Família e Comunidade são inéditos.

## CPC e IGC de 2021 já estão disponíveis

O MEC e o Inep divulgaram o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referentes a 2021. O anúncio encerrou o ciclo de resultados do Enade 2021, já que o Conceito Enade e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) já haviam sido publicados no ano passado.

Dos 2.130 cursos de instituições públicas federais com o CPC divulgado, 1.266 tiveram o desempenho na faixa 4 (59,2%) e outros 62 na faixa 5 (2,9%). Já os cursos das instituições privadas com fins lucrativos atingiram, em sua maioria, o conceito 3 do indicador: 1.199 cursos (56,9%) de 2.106 resultados divulgados. Com relação à modalidade de ensino, foi observado que os cursos presenciais tiveram uma distribuição semelhante entre as faixas de desempenho 3 e 4: 46,2% e 42,7%, respectivamente. Enquanto isso, os cursos da educação à distância ficaram concentrados na faixa 3 (63%).

Nessa edição, foram avaliados 30 cursos de graduação, dos quais 17 são licenciaturas. Após desempenho abaixo do esperado, o MEC assinou portaria que institui grupo de trabalho para propor políticas de melhoria da formação inicial de professores. O GT terá prazo de duração de 60 dias. Outra medida será a ampliação de 31 mil bolsas para formação de iniciação à docência e residência pedagógica, em 2023, e outras 100 mil em 2024.

## MEC aumenta prazo de GT que analisa a oferta de quatro cursos à distância

O Ministério da Educação aumentou o prazo para a conclusão dos trabalhos do GT criado para fazer estudos que subsidiem a regulamentação de cursos remotos de graduação em direito, enfermagem, odontologia e psicologia. O prazo inicial era de 180 dias e agora é de 270 dias, existindo ainda a possibilidade de prorrogação por igual período.

A [portaria 388](#), que altera a portaria 668 publicada no ano passado, mantém o sobrestamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das referidas graduações na modalidade à distância. Ou seja, a oferta desses cursos EAD continua suspensa até setembro.

Desde o ano passado, quando



o GT foi instituído, a AMIES viu com preocupação a interrupção de processos regulatórios já em andamento, inclusive os de instituições que já passaram pela avaliação *in loco* e cumpriram os requisitos necessários de cada ato autorizativo.

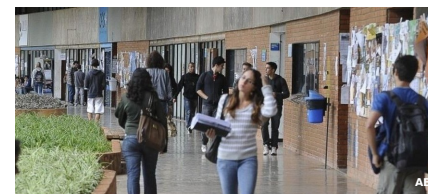
De acordo com o MEC, os subsídios apresentados pelo GT terão caráter contributivo e não representarão necessariamente a decisão da pasta sobre o assunto.

## Inep inicia coleta de dados do Censup 2022

Os representantes das IES e os recenseadores institucionais já podem realizar a conferência dos dados cadastrais carregados do Cadastro e-MEC referentes à edição 2022 do Censo da Educação Superior (Censup). Os ajustes devem ser solicitados até o dia 7 de abril.

Todo os procedimentos de coleta de dados devem ser realizados até 23 de junho. Até 28 de julho será feita a consolidação e homologação

dos dados. Os resultados serão divulgados em setembro. Realizado anualmente pelo Inep, o Censup é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as IES que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como sobre alunos e docentes.



### EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)